

RADAR ESPECIAL

As decisões de Campina Grande



Fotos: FRITZ NUNES

Paulo Rizzo (microfone) discursa na abertura do 26º Congresso

O 26º Congresso do ANDES-SN aprovou importantes orientações para o Movimento Docente em 2007. As deliberações de Campina Grande apontam para uma unidade dos trabalhadores contra as políticas do governo Lula. Os principais eixos, constantes da Carta de Campina Grande são:

- a reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e trabalho; pela defesa e

fortalecimento do ANDES-SN;

- a defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial;

- a luta contra o neoliberalismo e as várias faces da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, com ênfase no combate às chamadas reformas;

- o fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no sindicato.

No que se refere à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, os delegados deliberaram pelo seguinte:

1 - A luta pela ampliação do financiamento federal, estadual e municipal das instituições públicas de ensino superior foi aprovada em defesa de sua autonomia e visando ao aumento de vagas, cursos noturnos, criação de novas instituições públicas e a garantia de assistência estudantil, em busca da universalização do acesso ao ensino superior como contraposição à privatização do ensino superior e todas as formas de expansão de vagas que ocorram sem garantia de aporte de recursos adequados, mais particularmente aquelas apresentadas atualmente pelas propostas de expansão da graduação e da pós-graduação com a utilização da Ensino a Distância, especialmente na forma do sistema chamado Universidade Aberta do Brasil. No mesmo sentido, foi apontada a necessidade de intensificar ações contra as relações inconstitucionais das IES públicas com as fundações privadas ditas de apoio.

2 - O empenho para rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a partir da proposição de atividades que congreguem as diversas entidades.

3 - O fortalecimento da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, aglutinando entidades acadêmicas, organizações e movimentos sociais e, por meio dela, contribuir para a construção de um calendário de ações comuns no sentido de barrar a contra-reforma universitária privatizante do governo Lula.

Não às cotas



Posições em relação à reserva de vagas dividiram os congressistas

As políticas de ações afirmativas, com a implementação de reserva de vagas (cotas), nas universidades geraram debates acalorados em Campina Grande. Os congressistas definiram que o Sindicato Nacional deve continuar discutindo o tema, mas, por uma margem apertada (137 a 116) decidiram que são contrários a qualquer tipo de reserva de vagas para negros e índios em instituições públicas de ensino superior. O professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher, sintetizou o pensamento majoritário: "Sou contra a política de cotas porque é uma medida liberal. Sou a favor de medidas mais amplas de acesso à escola pública que envolvam classe, gênero e etnia".

Para os críticos sobre a posição do ANDES, contrariamente às reservas de vagas, o professor de História da USP, Osvaldo Coggiola afirmou que o Sindicato discute ações afirmativas desde a década de 1990. Mesmo assim, alguns delegados cobraram coerência do Sindicato, pois estavam se filiando à Conlutas, que definira no mês de fevereiro que a entidade era favorável às cotas. O debate sobre esse tema também está entrando na pauta da UFSM e pode gerar polêmica. (Ver matéria à página 7).

Seguridade

Um outro ponto que demandou iniciativas do Congresso a serem colocadas em prática foi o da Seguridade Social. As ações são:

1 - A intensificação das ações contra a ameaça de aprofundamento da reforma da Previdência que tentará impor novas restrições e retirar conquistas, tanto do setor público como do setor privado, prejudicando todos os trabalhadores e, mais ainda, os aposentados.

2 - A convocação imediata do XII Encontro do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria.

3 - A inserção das seções sindicais e secretarias regionais nos debates e fóruns que retomam a luta pela revitalização do movimento da reforma sanitária brasileira e defesa do SUS.

4 - O compromisso de articulação do Sindicato com outras entidades que se colocam no campo do combate à privatização dos Hospitais Universitários, confrontando os que pretendem transformá-los em fundações, política que se estende aos demais hospitais públicos.